

Capítulo do livro (em edição, a ser lançado provavelmente em junho ou agosto)

Do socialismo soviético ao novo capitalismo russo. O processo de transformação sistêmica da Rússia. Autor LENINA POMERANZ

O enfrentamento da questão econômica revelou-se mais difícil. Em primeiro lugar, por que não existia experiência histórica de uma economia socialista. Em seguida, por que os clássicos do marxismo não tinham escrito a respeito de como organizá-la, além de algumas referências no *Manifesto Comunista* (“medidas necessárias para revolucionar todo o modo de produção”)¹ e na *Crítica ao Programa de Ghotá* ([no qual se fala de um novo critério distributivo])². Em terceiro lugar, por que se tratava de restabelecer o funcionamento da economia em meio a uma guerra civil, com os seus problemas de abastecimento de comida e combustível à tropa e às cidades. O que levou o novo governo a atuar pragmaticamente, de acordo com as circunstâncias impostas pela realidade dos momentos históricos, até a consolidação do sistema econômico e político, no começo dos anos 1930.

Cronologicamente, esta consolidação, conforme sugerida por Suny³, foi se fazendo em três etapas, até o final dos anos 20:

Primeira etapa. Outubro/1917 a julho/1918.

Nesta etapa, os bolcheviques, aproveitando a brecha de relativa tranquilidade anterior ao desencadeamento real da guerra civil, tentaram consolidar o poder político conquistado com a revolução. O objetivo imediato durante os primeiros meses do poder soviético não era a transição imediata a uma economia socialista, mas o de deter postos-chave na economia. Este objetivo permitiria exercer controle sobre a indústria e, assim, fazer com que esta prosseguisse em sua atividade. Com isto protegeria o novo regime da desintegração econômica e impediria que uma eventual “greve do capital” pudesse subjugar o governo.

Tratava-se, pois, de implantar uma política de “capitalismo de estado” sob o controle dos trabalhadores, e ao mesmo tempo implementar o programa dos bolcheviques anterior à tomada do poder. Duas medidas foram importantes neste sentido: a) o

1 MARX, K. e ENGELS, F. MANIFESTO DO PARTIDO COMUNISTA (1848*. Porto Alegre, LP&M Editores, 2001. (Cap. II, págs. 60-61).

2 MARX, K. e ENGELS, f. COMENTÁRIOS À MARGEM DO PROGRAMA DO PARTIDO OPERÁRIO ALEMÃO. (Op. cit. item 3, págs 100-108)

3 SUNY, R.G. (Op. cit., pág. 62)

Decreto sobre a Terra, datado de 8 de novembro de 1917, adotado pelo Congresso dos *Soviets* e transformado em lei promulgada em fevereiro de 1918. De acordo com esta lei, a terra foi nacionalizada e seria distribuída aos camponeses segundo algumas regras. Estas, entretanto, não foram seguidas, pois os camponeses fizeram a apropriação de acordo com seus próprios arranjos, variáveis em cada aldeia. Não se tratou, assim, de uma medida de fato implementada pelas autoridades, mas um ato elementar realizado pelos camponeses, aceito e legitimado pelos órgãos governamentais. b) o Decreto sobre o Controle dos Trabalhadores, de 27 de novembro de 1917. Com este decreto o poder soviético tentou contornar a grave situação em que se encontrava a indústria, resultante tanto da revolução quanto da guerra, e assegurar a continuidade de sua produção, sob o controle dos trabalhadores. O decreto manteve a propriedade privada das empresas, mas a sua direção seria supervisionada pelos trabalhadores, através dos comitês de empresa, criados ainda durante o governo provisório (fevereiro a outubro 1917). Os trabalhadores não assumiriam a gestão das empresas, que ficariam sob a responsabilidade dos proprietários e dos especialistas por eles contratados. Entretanto, os trabalhadores adotaram uma postura mais radical, assumindo as direções das empresas; ao que os proprietários e seus assessores técnicos resistiram, fechando-as ou simplesmente as abandonando.

No desejo de preservar a economia, na medida do possível, o governo soviético não passou a nacionalizar a indústria, com exceção das antigas empresas estatais. Com falta de pessoas e conhecimento para dirigir uma economia complexa e em desintegração, Lênin e a maioria dos bolcheviques era a favor de acordos com capitalistas, do emprego dos chamados “especialistas burgueses” e de regular as empresas privadas indiretamente através do estado, a fim de restabelecer a economia rapidamente.

Para fazer isso, foi criado em 15 de dezembro o VSNKHA (Conselho Superior da Economia Nacional), diretamente subordinado ao Conselho dos Comissários do Povo, presidido por Lênin, como uma espécie de gabinete econômico, com poderes para emitir ordens sobre assuntos econômicos, de cumprimento obrigatório por todos, inclusive os comissariados do povo. Conselhos regionais a ele diretamente subordinados administrariam e controlariam a economia local, em associação com os *soviets* e os conselhos de trabalhadores locais. Em maio de 1918 existiam 7 conselhos zonais, 38 provinciais e 69 distritais⁴.

4 NOVE, A. (1989. pág. 42)

Embora mantendo a propriedade privada na indústria, o poder soviético nacionalizou os bancos privados, no final de dezembro, depois que o Banco Central foi tomado por destacamentos armados em novembro, como reação à recusa dos seus empregados de emitir dinheiro para o Conselho dos Comissários do Povo, por eles não reconhecido. No começo de 1918 foi nacionalizada a frota mercante, seguindo-se a nacionalização de minas e empresas nos Urais e em Donbass. Em maio de 1918 o estado assumiu o controle da indústria do açúcar e, um mês mais tarde, da indústria de petróleo de Baku. Em 28 de junho o governo soviético decretou a nacionalização de quase todas as grandes indústrias⁵.

Acrescentando a nacionalização das ferrovias (já em poder do Estado sob o czarismo) em janeiro de 1918, a grande maioria (mais de 2/3) das nacionalizações foi realizada localmente, até junho de 1918. O decreto emitido pelo VSNKHA proibindo nacionalizações sem sua autorização não foi obedecido, senão quando em abril do mesmo ano, a proibição foi acompanhada da ameaça de retaliação financeira. Kritsman, um jovem intelectual participante do VSNKHA citado por Nove⁶, refere-se ao período anterior a junho como o de “uma nacionalização proletária elementar-caótica vinda de baixo”. Segundo Nove, o grande passo em direção ao comunismo de guerra deve ser datado do final de junho de 1918.

Neste mesmo período, ou seja entre outubro de 1917 e junho de 1918, o objetivo maior da política externa do governo bolchevique foi o de retirar a Rússia da guerra e terminar as hostilidades com os alemães, que tinham ocupado parte importante do território ocidental do velho império russo, e ganhar fôlego para aguardar a esperada revolução na Europa. Assim, o primeiro ato do governo soviético, em outubro de 1917 foi o Decreto sobre a Paz, no qual ele conclamava todos os povos e seus governos beligerantes a estabelecerem imediatamente conversações de justa e democrática paz, sem anexações territoriais ou reparações. O decreto representou uma nova forma de diplomacia, pois apelou ao mesmo tempo para os governos e para os trabalhadores conscientes de classe da Inglaterra, França e Alemanha.

A reação foi a seguinte: a) França e Grã-Bretanha, contrariadas com a saída da Rússia da aliança de guerra e, sendo contrárias ao novo caráter do governo russo, começaram a fazer contato com forças anti bolcheviques na Rússia. Mesmo antes desta assinar o armistício com a Alemanha, o Gabinete britânico decidiu oferecer ajuda financeira aos

5 SUNY, R.G. (Op. cit. pág. 63)

6 NOVE, A. (Op. cit. pág 44)

cossacos do Don, que estavam se agrupando no sul para resistir aos bolcheviques; b) a Alemanha estava interessada em um armistício no front leste para fortalecer suas forças contra britânicos, franceses e americanos. E a Rússia, inicialmente não interessada numa paz separada com a Alemanha, foi levada a assiná-la isoladamente, por causa da resistência dos soldados russos em continuar lutando; c) com os aliados recusando-se a acordo com os soviéticos, estes enviaram uma delegação a Brest-Litovsk⁷, onde encontraram alemães, austríacos, búlgaros e turcos para a assinatura de um tratado, redigido pelo próprio Lênin, que conclamava a uma auto determinação das nações: todo território anexado por outro estado desde a metade do século XIX deveria ser autorizado a expressar seu desejo de independência, através de um referendo popular.

Os referidos poderes aceitaram a proposição, mas se recusaram a admitir a auto determinação fora dos territórios da Rússia. A Alemanha estava preparada para reconhecer somente a independência da Polônia, da Ucrânia, da Lituânia e de outros territórios bálticos, então ocupados por ela. Na verdade o que os alemães pretendiam era criar estados tampões entre a Rússia e a Alemanha, os quais seriam dependentes da Alemanha.

A reação dos bolcheviques foi dividida: Bukharin e Trotsky recusaram os termos da negociação, enquanto Lênin foi a favor de continuar negociando. O CC do partido resolveu continuar as negociações e Trotsky, retornando a Brest-Litovsk, diante das manobras alemãs, retirou-se da reunião, declarando unilateralmente o fim da guerra. Com isso, em fevereiro de 1918 o exército alemão começou a marchar para o leste. A despeito das diferenças de opinião no partido, em 3 de março a Rússia assinou o oneroso Tratado de Brest-Litovsk, segundo o qual a Alemanha tornou-se o poder dominante na região do Báltico e na Ucrânia, a Turquia passou a ser dominante sobre a Transcaucásia e a Rússia soviética perdeu todas as áreas ocidentais do antigo império russo.

Segunda etapa. Julho/ 1918 a março/1921. Comunismo de guerra

O inverno de 1917-18 foi terrível. A divisão das propriedades, propiciada pela reforma agrária, teve efeitos desorganizadores sobre a oferta de alimentos. Em condições de crescente inflação e fome, os camponeses, agora proprietários, esperavam obter maior preço para os seus grãos e como este ainda era inferior aos dos bens de consumo, eles começaram a evadir o monopólio estatal de compra dos mesmos, dando origem ao desenvolvimento de amplo mercado negro. Reduzida a oferta oficial de grãos, em

⁷ Atualmente Brest, cidade situada na Bielorrússia.

Petrogrado a ração de pão caiu no começo de 1918 para 50 gramas por dia para os trabalhadores. Muitos tiveram que deixar as cidades por falta de trabalho e a fome passou a ser uma questão de mais alta gravidade.

Como resposta, o comércio privado de uma série de produtos foi proibido formalmente. A situação tornou-se pior com a ampliação da guerra civil, com a maior parte da Rússia afetada diretamente por ela: ferrovias foram interrompidas, pontes foram explodidas e armazéns foram destruídos. O território sob comando dos soviéticos foi cortado das fontes essenciais de materiais e comida: as forças brancas⁸, apoiadas pelos poderes estrangeiros, tinham ocupado os Urais, a Sibéria, o norte do Cáucaso e outras regiões importantes; os alemães tinham tomado posse da Ucrânia, principal fonte de suprimento de grãos; e a Polônia invadiu a Rússia em 1920. Os russos, assim, retiveram somente 10% do suprimento de carvão, 25% das fundições de ferro, menos de 50% da área de grãos e menos de 10% das fontes de açúcar do antigo império⁹.

Na medida em que era impossível ao estado obter grãos a preços oficiais, decretou-se a sua obtenção forçada, introduzindo-se a chamada *prodrazverstka*. Ela consistiu em uma política em que cada família de camponeses recebia a ordem de entregar ao Estado os excedentes de sua produção, obtidos após subtração da quantidade necessária ao seu consumo. Na prática ela constituiu um confisco, pois os preços pagos aos camponeses eram tão baixos, que não lhes permitiam comprar nada com o seu rendimento. Contra a resistência dos camponeses, além do comissariado do abastecimento (*narkomprod*) e dos comitês dos pobres, criados em cada aldeia, com base em decreto em junho de 1918, foram utilizados destacamentos de trabalhadores e da polícia.

A *prodrazverstka*, mais a monopolização do comércio pelo estado, a estatização das empresas referida anteriormente [não passível de comando pelo VSNKHA], além do colapso do rublo [resultante das condições criadas pela guerra civil, da desorganização econômica e do caos], levaram à chamada naturalização da economia. Com isso, a partir de março de 1919, as empresas estatais passaram a ser totalmente financiadas através do orçamento, em operações contábeis, não monetárias. O VSNKHA determinava os destinos das diferentes produções das empresas, sem pagamento; e as ferrovias e a frota mercante transportavam os bens e as pessoas gratuitamente.

8 Forças que se opunham ao governo soviético, assim referidas para se contrapor às bolcheviques, vermelhas.

9 GREGORY, P. R. e STUART, R.C. (1986, pág. 45)

Os resultados desta política foram desastrosos. A população urbana reduziu-se continuamente nesses anos (1918-21), diminuindo pela metade o número de trabalhadores: dos 2,6 milhões existentes em 1917, eles caíram para 1,2 milhões em 1920¹⁰. A produção em geral caiu brutalmente: 64 pontos percentuais entre 1913 e 1921; a produção bruta da indústria caiu cerca de 70 pontos percentuais, a da grande indústria caiu cerca de 80 pontos percentuais, a produção agrícola caiu 40 pontos percentuais, a tonelagem transportada por ferrovia caiu de 132,4 milhões em 1913 para 39,4 milhões¹¹. Houve acentuado colapso no comércio exterior; este, porém, foi devido não somente à situação caótica prevalecente, mas também ao bloqueio mantido durante a guerra civil pelos poderes ocidentais, como por exemplo, a manutenção de considerável força naval no Golfo da Finlândia, em 1919-20, bloqueando Leningrado¹².

No começo de 1920, os exércitos brancos foram derrotados em todos os fronts e os bolcheviques se viram em controle de um país completamente exaurido pela guerra; esta, infelizmente, ainda prosseguiu com a invasão polonesa em maio e o subsequente avanço russo sobre Varsóvia e posterior recuo (esta guerra terminou em outubro). Era preciso, pois, discutir as bases da reconstrução do país; os recursos estavam disponíveis, pois todos os territórios perdidos durante a guerra civil haviam sido recuperados.

Nas discussões partidárias sobre o tema, o principal foco eram as relações com os camponeses, por conseguinte, as questões relacionadas com a liberdade de comércio e o papel da pequena indústria privada. Estava se tornando evidente que o estado não tinha capacidade para dirigir todos os setores econômicos e os processos de alocação dos materiais, do comércio e do racionamento. Além disso, a *prodrazverstka* foi ressentida pelos camponeses e o reerguimento da agricultura se tornaria impossível se não lhes fossem dados alguns incentivos e um sentido de segurança.

No começo de fevereiro foi proposta a abolição da *prodrazverstka*, com a aprovação de Lênin. A posição deste, entretanto, embora achando-a necessária, era mutável: o colapso era total; pois então a prioridade à reconstrução também precisava ser total. Se o mercado ilegal estava sugando recursos, corrompendo o aparelho estatal e o proletariado, ele deveria ser suprimido. O decreto de completa estatização da pequena indústria em novembro de 1920 constitui um exemplo do extremismo que marcou as medidas no final desse ano. Como era impossível aos órgãos do estado coordenar

10 NOVE, A. (Op. cit., pág. 57)

11 NOVE, A. (Op. cit., pág. 58)

12 NOVE, A. (op. cit. pág. 59)

milhares de unidades, o caos aumentou. E os métodos característicos do comunismo de guerra foram utilizados. As consequências foram o crescimento de manifestações camponesas e do banditismo nas cidades; o suprimento de comida às cidades tornou-se seriamente ameaçado. O golpe final foi a revolta dos marinheiros da base de Kronstad, contra as suas miseráveis condições de vida, iniciada em 28 de fevereiro de 1921. O que aparentemente convenceu a liderança soviética, inicialmente Lênin, de que uma mudança era necessária.

De todo modo, houve um esforço paralelo do governo central para pensar no longo prazo. Em março de 1920, o Conselho do Trabalho e da Defesa (SRO), que substituiu o Conselho de Trabalhadores e Camponeses [criado ainda em 1918, para coletar e utilizar recursos para a guerra] juntamente com o VSNKHA constituíram comitês para elaborar planos para a expansão da produção no futuro, para isso contratando os chamados “especialistas burgueses”. Com vistas a assegurar o processo de industrialização do país, foi aprovado no VIII Congresso dos Soviets, em dezembro de 1920, um plano de eletrificação, o chamado Plano GOELRO. A organização responsável por este plano fundiu-se com outros órgãos de planejamento, como a Comissão de Aproveitamento, fundada em 1918 ainda, para encarregar-se da coordenação da alocação prioritária dos recursos. Foi esta comissão que, em seu trabalho, iniciou a elaboração dos balanços materiais, esboços parciais de insumo-produto que viriam a se tornar uma característica essencial do planejamento soviético.

Um tópico que acompanha frequentemente as discussões sobre o comunismo de guerra é o que se refere às causas de sua implantação: resposta às emergências da guerra e ao colapso ou uma tentativa para passar diretamente ao socialismo? A resposta varia entre os historiadores. Segundo Gregory e Stuart¹³, Dobb e Carr consideram que o comunismo de guerra foi forçado pela guerra civil e que os argumentos defendidos pela liderança bolchevique a seu favor eram “não mais do que voos de imaginação de esquerda”. Paul Craig Gregory argumenta que o comunismo de guerra foi concebido originalmente por Lênin, baseado em razões ideológicas derivadas das ideias marxistas. Mas Nove mostra¹⁴, com argumentos extraídos dos debates realizados em reuniões da Academia Socialista entre 1922-24, que as opiniões eram divergentes: alguns pontos de vista assumiram que o comunismo de guerra foi imposto pelas condições da guerra civil; outros, de que ele constituía uma forma de se alcançar o socialismo.

13 GREGORY, P.G. e STUART, R.C. (Op. Cit. pág. 44)

14 NOVE, A. (Op. cit. Págs 69 a 71)

Terceira etapa. Março/1921 ao final dos anos 1920. A NEP – Nova Política Econômica
Nesta etapa foi estabelecida a **NEP**, nova política econômica do sistema. Ela representou uma volta ao capitalismo de estado, através de ações tomadas em várias frentes¹⁵.

Uma delas consistiu, basicamente, em março de 1921, na substituição da requisição forçada de grãos pela instituição de um imposto, inicialmente em espécie e, posteriormente em dinheiro, pagos pelos camponeses sobre o a comercialização da produção não destinada ao próprio consumo. A introdução do imposto em dinheiro realizou-se depois da estabilização do rublo, empreendida durante este período.

Depois do pagamento do imposto, os camponeses eram livres para usar o resto de sua produção como preferissem, inicialmente nos mercados locais e, posteriormente, sem quaisquer restrições de mercado. O comércio, portanto, também se tornou livre. O resultado foi um grande crescimento do comércio privado: 78% de todo o comércio de varejo em 1922-23 estavam em mãos privadas¹⁶. Isto, não obstante o estímulo às cooperativas de comércio, que foram razoavelmente bem sucedidas no interior do país.

Uma outra medida foi a revogação, em 17 de maio de 1921, do decreto de estatização das pequenas indústrias; e todos os cidadãos, em julho desse mesmo ano, foram autorizados a empreender produção artesanal e organizar pequenas empresas industriais (com menos de 20 empregados). O *leasing* de empresas estatais em posse do VSNKHA foi regulado por decreto de julho de 1921 e continuou funcionando durante 1922, quando mais de 10.000 empresas operavam nesse sistema, numa base de 2 a 5 anos, com pagamento entre 10 e 15% da sua produção. Mas o partido manteve firme decisão de reter em mãos do Estado, as alavancas de comando (*commanding heights*) da economia: bancos, comércio exterior e grandes empresas.

Uma terceira ação foi a decisão tomada pelo governo, em 1922, de mudar a forma de gestão das empresas estatais; como se viu, ela baseava-se em ordens emitidas pelo VSNKHA às empresas subordinadas aos seus departamentos; ao mesmo tempo, os salários tinham perdido sua razão, em função de serem não pagos as rações e os serviços. O resultado foi o crescimento de uma absurda burocracia, resultante do centralismo do comando, além do desperdício e da ineficiência. Assim, decidiu-se partir para o gerenciamento descentralizado das empresas, com base em cálculo econômico

15 NOVE, A. (Op. cit. Págs. 73 a 76)

16 NOVE, A. (Op. cit. pág. 78)

(*khozraschot*). Os salários foram novamente pagos em dinheiro e a partir de julho/agosto de 1921, os serviços voltaram a ser pagos. O racionamento foi abolido. Materiais e combustível tiveram que ser comprados e o financiamento das atividades empresariais viria das vendas da produção.

Para dar às empresas a possibilidade de trabalharem sob este novo sistema, as mesmas foram estabelecidas como unidades autônomas, em alguns casos na forma de trustes controlando várias empresas, e autorizadas a operar comercialmente. O critério operacional era lucrar e evitar perdas. Mas a situação econômica era difícil e as empresas não tinham reservas de caixa. Paradoxalmente, o esforço de produção não encontrou compradores. Com isso estabeleceu-se acirrada concorrência entre os trustes, que fez cair o preço dos produtos industriais, em relação aos preços dos bens agrícolas, embora em condições de inflação ambos os preços estivessem em elevação¹⁷.

Esta situação começou a inverter-se em meados de 1922, levando à chamada crise das tesouras (gráfico 1)¹⁸: a produção agrícola recuperou-se mais rapidamente que a produção industrial, tendo a área plantada quase alcançado os níveis de pré-guerra. Ao

Gráfico 1

Crise das Tesouras

Mês	Preços industriais	Preços agrícolas	1913 ano base
Abril	80	120	100
Maior	95	110	100
Junho	100	105	100
Julho	110	100	100
Agosto	120	95	100
Setor	130	90	100
Outor	140	85	100
Novor	135	85	100
Dezor	145	85	100
Janeir	140	85	100
Fevor	150	85	100
Marçor	150	85	100
Abril	150	80	100
Maior	155	75	100
Junho	160	75	100
Julho	170	65	100
Agosto	180	55	100
Setor	190	50	100
Outor	180	60	100
Novor	170	70	100
Dezor	145	90	100
Janeir	135	95	100
Fevor	125	95	100
Marçor	120	100	100

Fonte: DOBB, M. EL DESARROLLO DE LA ECONOMIA SOVIÉTICA DESDE 1917. Madrid, Ed. Tecnos, 1992, pág. 163)

17 87 NOVE, A. (Op. cit, pág 78)

18 Este período foi o mesmo em que se estava realizando a reforma monetária referida adiante, razão pela qual as causas desse movimento dos preços nos dois setores foram atribuídas por alguns economistas, na discussão travada na ocasião, a problemas relacionados com a reforma monetária. Ver DOBB, M. (op. cit., Cap. VII, parte III, pgs 161 e seguintes).

contrário, a indústria recuperou-se com muita dificuldade, envolvendo questões relacionadas com sua produtividade e custos, com produção em 1923 em níveis muito abaixo do seu nível de 1913. Como consequência, os preços industriais tornaram-se mais elevados que os agrícolas; em 1.º de outubro de 1923, em termos da nova moeda estabilizada, o índice dos preços industriais, em relação à base 100 de 1913 alcançou 176; o índice dos preços agrícolas em relação à mesma base 100 de 1913 alcançou 64¹⁹. Esta relação de preços era desfavorável aos camponeses, que não podiam adquirir os produtos industriais em troca dos seus produtos. A situação colocava em questão a *smishka*, a unidade operário-camponesa que constituía a base da política estatal.

Medidas foram tomadas para estabelecer uma situação de maior equilíbrio entre os dois setores, incluindo medidas para forçar os preços dos produtos industriais para baixo e para prevenir seus aumentos sem autorização superior, assim como medidas para melhorar e ampliar o sistema de cooperativas de consumo, entre outras. Ao mesmo tempo, fatores sazonais levaram a um aumento dos preços agrícolas. Com isso tudo, houve um fechamento parcial das tesouras: os preços industriais caíram e em abril de 1924, assumindo 1913=100, o índice dos preços dos produtos agrícolas tinha se elevado a 92, para uma redução do índice de produtos industriais a 131, em termos da nova moeda estabilizada²⁰.

Esta nova moeda estabilizada resultou de uma reforma monetária empreendida em 1924, depois de medidas adotadas para a estabilização do rublo, a partir de começos de outubro de 1922, praticamente um ano depois de criado o Banco Estatal. Nesta data, depois de operar durante o primeiro ano com recursos estatais, na forma de depósitos em conta, foi-lhe concedida autorização para emissão de moeda, a fim de obter recursos próprios adicionais para desenvolver as suas atividades de crédito ao setor privado e para atuar nos mercados cambiais. Ela foi iniciada com a emissão de uma unidade monetária (*chervonetz*), baseada em ouro, que funcionaria até a emissão de um novo rublo baseado no padrão-ouro, o qual seria apoiado por um orçamento equilibrado e pelo monopólio do comércio e negócios em geral com o exterior. Durante o resto de 1922 e até os primeiros meses de 2014, o *chervonets* e o rublo velho [emitido pelo Tesouro] coexistiram sem a fixação legal de uma paridade entre seus valores relativos; o que levou à sua constante mudança, com queda gradativa e forte do valor do rublo velho

19 NOVE, que constitui a fonte dos dados apresentados, indica um índice de 89, embora afirme serem os preços industriais três vezes superiores aos preços agrícolas. Preferiu-se, assim, utilizar o índice que serviu de base para a elaboração do gráfico apresentado por DOBB, M. (1992).

20 NOVE, A. (Op. cit, págs 83 a 86)

e a relativa estabilidade do valor do *chervonets*, tanto em relação aos preços dos bens de consumo, quanto em relação ao câmbio²¹. O que assegurava também uma demanda crescente por esta moeda, para a realização das operações mercantis da população. Neste processo, o rublo velho perdeu tanto valor durante o período mencionado, que sua emissão, justificada a título de obtenção dos ganhos derivados da senhoriagem²², já não mais proporcionava os recursos necessários à cobertura dos déficits orçamentários. E sua acelerada queda contaminava negativamente todo o sistema de circulação monetária, levando à premente necessidade de substituir a enorme massa de papel moeda em processo de desvalorização, por uma moeda que, dispondo de um câmbio fixo em relação ao *chervonets* de valor constante, poderia ser utilizado parcialmente como ele (*chervonets*) próprio e para sua troca. Iniciou-se, então, a elaboração da reforma monetária, cujas principais diretrizes foram explicitadas em artigos do Ministro das Finanças, entre dezembro de 1923 e janeiro de 1924. A mais importante delas consistiu no término da emissão do desvalorizado rublo velho e sua substituição por uma unidade monetária estável. Em fevereiro-março de 1924 foram elaborados os decretos, as regras e as declarações do Banco estatal, sobre os procedimentos de realização da reforma monetária²³.

Toda a operação de recuperação da estabilidade monetária foi conduzida pelo Banco Estatal, criado em outubro de 1921, e pelo Comissariado Popular das Finanças. Em 1922 foram criados outros bancos. O problema do equilíbrio fiscal foi resolvido através da criação de uma série de impostos, além da promoção de empréstimos compulsórios através de bônus colocados coercitivamente junto aos capitalistas. No ano fiscal de 1923-24 o orçamento estava em equilíbrio e no ano seguinte apresentou superávit.

Dadas estas ações, como funcionava a economia soviética, sob a NEP?

Do ponto de vista administrativo, o VSNKHA foi descentralizado pela concessão de autonomia às empresas em 1921-22, embora ele ainda fosse o quartel general da indústria estatal soviética. Dos 430 trustes funcionando em 1922, 172 eram subordinados ao VSNKHA diretamente ou através de seus órgãos locais; e 258 eram subordinados aos VSNKH regionais. Os trustes comandavam totalmente as suas empresas, que não tinham autonomia financeira nem cálculo econômico separado, até

21 KATZENELLEBAUM, Z.S. Londres, 1925. Reeditada em Moscou (1995).

22 A senhoriagem é um ganho obtido pelo Estado nacional, por conta do monopólio de emissão da moeda.

23 KATZENELLEBAUM, Z.S. (Op. cit)

pelo menos 1927, quando os diretores das mesmas adquiriram direitos e obrigações definidos, embora sem personalidade legal independente.

O funcionamento do VSNKH era definido em instrumentos legais, que discriminavam os métodos que ele deveria usar no controle da indústria e as suas funções, mudando-os recorrentemente. Um decreto de novembro de 1923 dá a ele a função de “formulação do plano de produção e do orçamento das indústrias de significado federativo (nível da União), o exame dos planos de produção e orçamentos industriais das repúblicas da União, a formulação de um plano de produção global e do orçamento para a indústria de toda a União Soviética²⁴ e sua submissão, através da GOSPLAN, ao Conselho do Trabalho e da Defesa, para aprovação”. Assim, ao lado do VSNKH, existia a GOSPLAN, comissão central de planejamento, criada como órgão assessor do Conselho do Trabalho e da Defesa. A GOSPLAN foi constituída em 22 de fevereiro de 1921 para “elaborar um único plano econômico estatal geral e métodos e meios de sua implementação”. As suas funções foram redefinidas em agosto de 1923, acrescentando-se à definição anterior delas, a de ajudar a preparar o orçamento, examinar questões básicas de ordem monetária, localização e padronização industrial. A sua função era basicamente coordenadora, não tendo as suas “cifras de controle” (metas) para 1925-26 nenhum elemento de comando; elas constituíram parcialmente projeções e parcialmente guias para decisões estratégicas de investimento.

O sistema de preços estava sob o controle de um Comitê de Preços, criado junto ao Ministério das Finanças em agosto de 1921. Ele tinha autoridade para fixar preços no atacado e no varejo para os bens produzidos nas empresas estatais, assim como os preços dos bens adquiridos pelas agências governamentais de outros produtores, camponeses privados por exemplo. Seus controles eram geralmente ignorados e foram substituídos, em 1922, pelos preços aproximativos (de orientação), que rapidamente se transformaram em preços mínimos. De toda forma, dada a existência de setores privados, os preços estavam sujeitos a flutuações. Também se tornavam mais caros ao consumidor pela atuação de intermediários, conhecidos como os *Nepmen*. Estes eram eventualmente os únicos vendedores nas áreas rurais em 1923 e, no centro mercantil de Moscou, criado em 1922, controlavam 14% do comércio atacadista, 50% do comércio misto de atacado-varejo e 83% do comércio varejista (dos 17% restantes, 10% eram controlados pelas cooperativas e 7% pelo estado)²⁵.

24 A URSS - União Soviética foi criada em dezembro de 1922, pela unificação das repúblicas da Rússia, Ucrânia, Bielorrússia e Transcaucásia.

25 Estes e demais dados desta seção : NOVE, A. (Op. Cit. Capítulo 4).

O comércio privado em 1922-1923 constituía 78% de todo o comércio varejista, caindo esta participação relativa até 36,9% em 1926-1927, não obstante o seu crescimento em termos absolutos. Em relação à produção industrial, a grande indústria estava preponderantemente em mãos do Estado, ficando para o setor privado somente 1,82%. O contrário acontecia com as empresas pequenas e artesanais, com o estado participando com 2,3 %, as cooperativas com 20,2% e o setor privado com 77,5%.

Na agricultura o setor predominante era o privado, com 98,3% da área plantada no final de 1927. Era constituído basicamente por unidades pequenas, que surgiram com a repartição da terra: das 17 a 18 milhões de unidades familiares existentes antes de 1917, elas passaram a 23 milhões em 1924 e a 25 milhões em 1927. Em 1925 cerca de 90% dos camponeses pertenciam às comunidades de aldeias, trabalhando com métodos tradicionais. Com a mudança da estrutura social no campo, pelo aumento dos camponeses pobres, que produziam mais para sua subsistência, diferentemente dos mais ricos (*kulaks*), que produziam mais para o mercado, a comercialização de grãos ficou abaixo do nível de pré-guerra, sendo controvertida a avaliação desta queda. Stalin afirmou que a queda havia sido de metade da de 1913; outros autores afirmam que Stalin subestimou o nível da comercialização dos anos finais da década de 20 e distorceu os dados, comparando-os com o único dado relativo a 1913. De toda maneira a comercialização estava em níveis abaixo dos de pré-guerra, com as maiores perdas nas exportações.

Os trabalhadores industriais, durante a NEP, passaram a receber gradativamente seus salários em dinheiro: no primeiro trimestre de 1921 somente 6,8% dos salários eram pagos em dinheiro, o resto era pago na forma de bens e serviços; no primeiro trimestre de 1923, ainda 20% do salário eram pagos em espécie. O salário em termos reais em 1922 era da ordem de 9,47 rublos/mês, quando valia na mesma moeda, 25 rublos em 1913. O descontentamento era grande e deu lugar a greves e reclamações. Levando em conta os serviços e a legislação trabalhista, a comparação com 1913 torna-se mais favorável. Esta legislação assegurava ao trabalhador uma jornada de 8 horas diárias (menor nos trabalhos pesados), duas semanas de férias pagas, benefícios da seguridade social (seguro doença, seguro desemprego, ajuda médica). O problema mais grave foi o desemprego, que cresceu rapidamente em 1923, com a mudança dos métodos de administração dos trustes referida anteriormente. O desemprego atingiu 1,24 milhões de pessoas em janeiro de 1924, caiu para 950.000 no ano seguinte, mas voltou a crescer para atingir a cifra de 1,6 milhões de pessoas em 1929. Este problema permaneceu

sério até o final da NEP. Os sindicatos, que tinham a missão de defender os interesses dos trabalhadores, eram ao mesmo tempo fiéis ao partido e com isso ficavam em estranha posição, que só era clara e legítima nas suas relações com o empregador privado. Nas empresas estatais, o secretário do sindicato exercia um papel significativo, ao lado do gerente e do secretário do partido, constituindo um triunvirato de gerência que substituiu o comitê de controle dos trabalhadores do período do comunismo de guerra. Havia também, nas empresas, conselhos de produção como órgãos de assessoria, representantes dos empregados.

A avaliação dos resultados da NEP revelou-se controversa. Para parte dos bolcheviques, ela constituiu um retrocesso, em relação à instituição do socialismo, por eles entendida como a eliminação do capitalismo na Rússia. A NEP se apoiava no desenvolvimento dos elementos capitalistas e fortalecia o inimigo de classe do regime soviético, na figura do *kulak*, o camponês rico, em detrimento dos camponeses pobres e dos trabalhadores. E o descontentamento social seria resultado deste retrocesso, dada a especulação dominante nas relações comerciais de mercado. Do ponto de vista da recuperação econômica, os seus resultados foram positivos: além das mudanças institucionais na agricultura, no comércio e nas grandes empresas estatais, o crescimento foi rápido, embora ainda apoiado em grande medida na reativação da capacidade disponível do período anterior às duas guerras: em 1928 o índice da produção industrial indica um crescimento de 2,0% em relação a 1913, depois de uma queda de 80% em 1920; o índice da produção agrícola apresentou um crescimento de 18% em relação a 1913, depois de uma queda de 36% em 1920; e o índice para a atividade de transportes indica um crescimento de 6,0% em relação a 1913, depois de uma queda de 78% em 1920²⁶. Os investimentos em 1924-25, entretanto, segundo estimativas, não eram muito superiores às depreciações, sendo necessário um significativo aumento deles para dar continuidade ao desenvolvimento.

Este fato e mais o descontentamento social referido acima, levaram a uma mudança na política econômica e a uma discussão sobre os rumos que deveria tomar a economia soviética.

No primeiro caso, deu-se início a restrições às atividades privadas. Por um lado, elas afetaram os *Nepmen*, através de acusações sobre o caráter especulativo de suas atividades. Por outro lado, foram sendo crescentemente reservados materiais de oferta precária providos pelo Estado, para uso em cooperativas ou pelo Estado e restringidos a sua venda e uso privados; e foram sobrecarregadas as tarifas ferroviárias para o

26 GREGORY, R.G. e STUART, R. C. (Op. cit. pág 56)

transporte de bens privados. Foi ainda introduzida, em 1926, uma emenda ao código penal, prevendo penas de prisão, com confisco total ou parcial da propriedade, para elevações de preço de bens consideradas mal intencionadas, através da compra, açambarcamento ou não colocação destes bens no mercado. Foram ainda muito aumentados os impostos sobre os camponeses mais prósperos.

As causas desta mudança na política econômica, que acabaria levando ao fim da NEP, foram atribuídas basicamente a programas ambiciosos de investimento, previstos na formulação do 1.º Plano Quinquenal do país, e incompatíveis com o regime econômico vigente na NEP; e à política de preços perseguida pelo governo, também basicamente hostil às forças de mercado na indústria, no comércio e na agricultura.

O fim da NEP marcou também a necessidade de definir novos rumos ao sistema. Esta definição deu-se através de dois grandes debates e da evolução dos conflitos políticos pela detenção do poder.

Definição dos rumos do desenvolvimento. O grande debate sobre a industrialização e a gestão da economia

A discussão sobre os rumos do desenvolvimento realizou-se em meio ao acirramento do embate político entre as várias frações do partido bolchevique e tornou-se conhecida na literatura como o grande debate sobre a industrialização.

Na análise deste debate realizado na URSS, nos anos 1924-1928, são privilegiados dois aspectos diferentes, embora complementares. Num primeiro, mais estritamente econômico, parte-se do dilema do desequilíbrio inflacionário, colocado à liderança soviética diante da necessidade de grande acumulação de capital para promoção da rápida industrialização contemplada no 1.º Plano Quinquenal. Como se viu anteriormente, a recuperação da capacidade produtiva promovida pela NEP não parecia suficiente para dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento. Este dilema se apresentava como uma questão: poderia esta acumulação de capital ocorrer sem ruínosa inflação? O segundo enfoque é mais político estratégico e parte das diferentes posições prevaletentes em relação à NEP no seio do partido bolchevique. Conquanto admitindo que a NEP constituía uma fase necessária para a construção do socialismo, com um tempo de existência necessário para constituir a base desta construção, a questão que se punha para debate era: qual o caminho a seguir uma vez terminado esse tempo? E neste caso, com que velocidade, em que direção? Para a liderança soviética duas

considerações foram relevantes: i) Dada a realização da revolução em um país predominantemente agrícola, como transformar totalmente a situação sócio econômica por ação deliberada de cima: a contradição entre os objetivos da revolução proletária e as aspirações dos camponeses por propriedade da terra criou o chamado “problema amaldiçoado”²⁷, o de assegurar a manutenção dos objetivos primários que levaram à aliança operário camponesa para a derrubada revolucionária do czarismo. ii) A urgência de promover a industrialização por questões de segurança, promoveria sacrifícios crescentes, proporcionais à taxa de crescimento desejada; com a consequência de que, uma vez dada a prioridade à indústria pesada na alocação do investimento, não haveria incentivos suficientes para os agricultores entregarem a sua produção, causando, assim, obstáculos à própria industrialização.

É importante ressaltar, para entender as diferentes posições no debate, que este se realizou em meio a intensa luta interna no partido bolchevique, na qual a conquista do poder configurou-se como instrumento para imprimir a direção ao futuro desenvolvimento do país e aos métodos para implementá-lo. Com mais razão, quando, com a doença e posterior falecimento de Lênin, criou-se a necessidade de uma nova liderança na condução do partido e do país. Stalin, como se verá adiante, desempenhou papel central nesta luta, para a qual valeu-se das suas posições como Comissário para as Nacionalidades e como secretário de organização do partido, antes de ocupar a secretaria geral, criada na primeira sessão plenária do 11º. Congresso, em 3 de abril de 1922.

O debate centrou-se em duas questões: definir a prioridade setorial no processo de desenvolvimento e como financiar esse processo.

A posição da esquerda, liderada no debate por Preobrazhensky defendia a prioridade ao desenvolvimento da indústria; seu argumento foi o de que a revolução, tendo propiciado renda para o agricultor, elevou a sua demanda por produtos industriais frente a um crescimento menor da capacidade de produção industrial, causando desequilíbrio inflacionário. Com investimento industrial, o hiato entre a demanda vinda do campo e a capacidade de produção da indústria seria eliminado, e com isso seria também eliminado o efeito inflacionário. Por sua vez, a industrialização deveria privilegiar a indústria pesada, seguindo o modelo de reprodução marxista²⁸. Considerando os

27 LEWIN, M. (1975, Parte I, cap. 6).

28 De forma extremamente simplificada, pode-se definir este modelo como o que consiste em conceder prioridade à produção de bens de produção (Setor A da economia) em relação à produção de bens de consumo (Setor B da economia), como condição para a reprodução ampliada do sistema econômico. Em

problemas políticos envolvidos na obtenção do crédito externo necessário para financiar o maciço investimento necessário para o desenvolvimento, Preobrazhensky atribuiu ao setor externo um papel limitado na construção da capacidade industrial. Para financiar este investimento, ele propôs um sistema de “acumulação primitiva socialista”, nos moldes da acumulação primitiva do capitalismo descrita por Marx. Aplicando esta análise ao caso da URSS, Preobrazhensky sugeriu que esta acumulação deveria vir do setor privado, formado basicamente pelo campesinato. Os recursos deveriam ser obtidos por um processo de troca desigual: os monopólios estatais fixariam preços baixos de aquisição dos produtos agrícolas e preços altos para os produtos manufaturados vendidos, com isso criando uma forma de poupança forçada (redução forçada do consumo) dos camponeses. A decisão do montante a ser poupado deveria ser deixada por conta do Estado, que tentaria equalizar as poupanças reais com o aumento da capacidade de produção do setor de bens de capital desejado.

A posição da direita, representada por Lev Shanin, defendia um desenvolvimento prioritário da agricultura, em um ambiente de mercado. Dado o desequilíbrio inflacionário, o governo soviético deveria adotar um horizonte de desenvolvimento de curto prazo; o investimento na indústria pesada demandaria um tempo de maturação, durante o qual a demanda seria aumentada sem a correspondente oferta de bens. Os seus argumentos eram de que: i) o incremento da produção, derivado de um investimento na agricultura, no curto prazo excedia o do investimento na indústria, especialmente tendo em vista o excedente populacional agrícola e a baixa intensidade de capital na produção; ii) havia uma propensão maior a poupar na agricultura que na indústria, o que permitiria elevar a poupança agregada se houvesse uma redistribuição da renda monetária a favor da agricultura. Os benefícios derivados desta alternativa, de investir prioritariamente na agricultura, seriam: o aumento maior da capacidade produtiva num período de tempo mais curto e a criação de uma poupança incremental maior, que poderia ser utilizada para financiar investimento adicional, sem pressionar a inflação. Além disso, maior produção agrícola, dadas as vantagens comparativas da Rússia, permitiria utilizar o comércio exterior, obtendo recursos da venda de grãos para financiar a importação de equipamentos. Com ela seria possível construir o estoque de

outros termos, a economia será expandida se a produção do setor de bens de produção exceder a reposição do capital dos dois setores. Assim, quanto maior a participação relativa do setor de bens de investimento na produção total, maior será a taxa de crescimento da economia. Ver LANGE, O. INTRODUCTION TO ECONOMETRICS (2d Ed. 1962), cap 3, The Marxian Schemes; e discussão sobre o entendimento deste modelo, em sua aplicação, em ERLICH, A. Stalinism and Marxian Growth Models. In; TUCKER, Robert C. (Ed) (1977)

capital da indústria, sem pressão inflacionária. Ele não subestimava a necessidade de investimento na infraestrutura para levar avante o seu modelo, especialmente transporte. E considerava que seu modelo poderia ser mudado em caso de ameaça militar contra o país.

Uma posição moderada foi defendida por Bukharin, segundo a qual o desenvolvimento entre os dois setores, o agrícola e o industrial, deveria realizar-se de forma equilibrada, devido à interdependência existente entre eles e à necessidade política de manutenção da *smishka*. Ele reconhecia a necessidade de acumulação de capital industrial, mas argumentava que ela devia fazer-se paulatinamente, em proporções gerenciáveis. O crescimento de um setor em detrimento do outro levaria a pontos de estrangulamento em um ou em outro, o que inevitavelmente levaria à detenção do desenvolvimento. Por sua vez, o máximo investimento no setor de bens de produção, sem o correspondente aumento da produção de bens de consumo, levaria não só ao aumento da “fome de bens”, como também ameaçaria a recuperação da economia na NEP. Baseado nesses argumentos, Bukharin propôs uma expansão gradual simultânea dos dois setores. Ao invés de fixar os preços conforme proposto por Preobrazhensky, o governo soviético deveria: i) promover incentivos ao agricultor, para estimular a produção e a venda dos seus produtos; ii) pressionar as empresas estatais a diminuir os seus custos. Ao invés de forçar a poupança, seria necessário criar um ambiente econômico estável, sem as incertezas proporcionadas pelo comunismo de guerra e pela NEP. Para resolver o problema da insuficiente capacidade produtiva, ele propôs uma série de medidas para melhor utilização da capacidade disponível, inclusive com a adoção de múltiplos turnos de trabalho, a racionalização técnica da pequena manufatura e sua transformação eventual em cooperativas de produção mais eficientes. O investimento na grande empresa deveria ser objeto de planejamento melhor e de construção mais eficiente, devendo-se prestar atenção a uma correta alocação dos fatores. A política de preços do Estado deveria estimular a redução de custos, eliminando os lucros de monopólio.

Paralelamente ao debate sobre a industrialização, realizou-se um outro, que marcou definitivamente os rumos do desenvolvimento do sistema soviético: como planejar a alocação dos recursos. Este debate travou-se entre os chamados geneticistas e teleologistas.

Os primeiros, os mais notáveis dos quais foram N.D. Kondratieff, V.A. Bazarov e V.G. Groman (os dois últimos conhecidos como “os economistas da GOSPLAN”), defendiam a tese de que os recursos deveriam ser alocados através dos mecanismos de

mercado, ou seja, considerando a escassez relativa dos fatores e as taxas de retorno dos investimentos. Em síntese, utilizando o cálculo econômico, em condições de uma economia de mercado. Assim, o planejamento deveria ser indicativo e sua principal função seria a de projetar as tendências de mercado e auxiliar a administração central, assim como as administrações locais, na sua tomada de decisões.

Os segundos, cujos expoentes foram S. Strumilin, G.L. Pyatakov, V.V. Kuibyshev e P. A. Feldman, defendiam a tese de que um plano econômico deveria ser conscientemente formulado por engenheiros sociais e formatado pelas metas nacionais estabelecidas pelo Estado. Tal tipo de planejamento refletiria o desejo de alterar a estrutura e a dimensão da economia, maximizar o crescimento e enfatizar a estratégia de desenvolvimento, devendo superar as forças de mercado. Este e as finanças deveriam estar a serviço do plano e não o plano a serviço do mercado. O planejamento deveria começar somente depois de fixadas as metas econômicas nacionais pelas autoridades políticas. O respeito ao equilíbrio macroeconômico constituiria uma séria restrição à flexibilidade dos planejadores.

Entretantes, dois acontecimentos permitem entender o resultado desse debate.

O primeiro foi a elaboração do 1º. Plano Quinquenal soviético, iniciada em meados de junho de 1927, a partir de um decreto do Conselho de Comissários do Povo. As suas metas foram elevadíssimas: o estoque de capital fixo soviético deveria dobrar em 5 anos, a fim de prover a base industrial para a construção do socialismo, e a expansão da indústria leve deveria atingir 70% nesse período. Mas antes mesmo da aprovação deste plano, o investimento industrial já vinha aumentando: no ano econômico de 1926-27 o volume total de investimento cresceu 31,7%, enquanto dobraram os investimentos em novas construções²⁹. Consequentemente, de certa forma, o modelo estava dado.

Por outro lado, a necessidade de recursos para financiar os investimentos não só encorajou o governo a taxar pesadamente os *nepmen* e os camponeses, como colocou em pauta novamente o problema da disponibilidade de bens agrícolas. A solução vista para elevar a produção foi a de coletivizar a propriedade agrícola, que permitiria adotar tecnologia mais avançada, com utilização de maquinaria e equipamentos adequados somente à grande propriedade. Esta solução já vinha sendo discutida no partido, desde 1925; e em dezembro de 1927, Stalin, em discurso proferido no 15.o Congresso do partido, considerando o baixo nível de desenvolvimento da agricultura, indicou como solução para ele, a transformação das pequenas e dispersas propriedades agrícolas em

29 NOVE, A. (Op. cit, pág 135)

grandes unidades produtivas (*kolkhoses*), baseadas na atividade comum da terra com nova e eficiente tecnologia. Entretanto, naquele então, a ordem era não pressionar os camponeses, mas fazer esta transformação gradualmente, convencendo-os, pela persuasão e pelo exemplo, a adotarem essa alternativa. E algumas medidas foram tomadas neste sentido, como o desenvolvimento da atividade cooperativa no campo, a concessão de créditos mais amplos às propriedades dos camponeses pobres³⁰ e a reconstituição das propriedades agrícolas por agrupamento, divididas em faixas de terra segmentadas, distantes umas das outras³¹.

Estas medidas constituíram um elemento importante para o desenvolvimento do movimento *kolkhosiano*: de 2.422 *kolkhoses* formados nos últimos meses de 1927, o número de *kolkhoses* subiu para 16.004 nos cinco primeiros meses de 1928 e continuou crescendo para totalizar 33.258 unidades em junho do mesmo ano, 1,7% do total de propriedades. Um ano depois, os *kolkhoses* já eram 57.045, englobando cerca de um milhão de propriedades camponesas, 39% do total³².

Estes, porém, funcionavam em condições precárias, devido ao seu estado de desorganização e à carência de meios de produção, como animais de trabalho e equipamentos agrícolas, além de quadros técnicos qualificados, entre outras razões. Não se deve subestimar ainda o fator ideológico, expresso pela desconfiança dos camponeses em relação à propriedade coletiva.

De todo modo, até às medidas adotadas no decorrer do inverno de 1927-28, para contornar a crise das entregas de produtos agrícolas³³ ao Estado e reconhecidas como “excepcionais” pelo partido [requisições forçadas, a exemplo do que ocorrera no período do comunismo de guerra, inaceitáveis no regime da NEP então vigente], a coletivização da agricultura soviética ainda não tinha assumido o caráter obrigatório que a caracterizou posteriormente.

30 Na formulação da sua política no campo, o partido utilizava uma classificação dos camponeses por classes sociais, distinguindo os *bedniaks* (pobres), os *sredniaks* (médios) e os *kulaks* (ricos). Estes últimos eram responsáveis pela produção destinada à exportação. Os *kulaks* eram considerados especuladores e inimigos da revolução e, como tal, alvo dos ataques desfechados pela direção do partido e do governo nas campanhas para aumentar a entrega da produção agrícola ao Estado.

31 BETTANIN, F. (1981, Pág. 18))

32 Ibidem, (págs 18/19).

33 Os camponeses estavam sujeitos a cotas de venda dos seus produtos ao Estado, em níveis que deveriam corresponder ao excedente do produto destinado ao consumo próprio. Dependendo dos preços oferecidos pelo Estado, os camponeses preferiam reter o produto, criando crises de abastecimento nas cidades.

Chega-se assim, ao segundo acontecimento, que mudou radicalmente esta posição. Em 1928, Stalin consolida a sua posição na luta interna no partido bolchevique, eliminando em hábeis manobras, as frações de esquerda e de direita que se lhe opunham e passa a ditar a sua linha política. De acordo com ele, o sucesso do plano quinquenal aprovado dependeria de uma crescente oferta de produtos alimentícios e matérias primas agrícolas, e seria comprometido tanto pela recusa dos camponeses ricos, com maior capacidade econômica em ofertá-los, quanto pela ineficiência da produção agrícola, distribuída nas pequenas e médias propriedades dos camponeses, incapazes de proporcioná-la.

A situação real, no ano de 1928, foi particularmente difícil para a agricultura soviética. Não somente a colheita foi inferior à obtida no ano anterior, como ainda houve redução da sementeira de inverno, provavelmente como reação às medidas “excepcionais” referidas acima. Ocorreu, ainda, redução do estoque animal, resultante da venda de animais pelos camponeses, em alguns casos para obtenção de recursos para a compra de forragem e sementes. O país se viu, assim, face à insuficiente oferta de produtos agrícolas e à pressão exercida para cumprimento das elevadas metas do Plano Quinquenal, na eminência de uma crise econômica, com os consequentes reflexos sociais.

O enfrentamento da questão estava, portanto, segundo Stalin, em criar *sovkhoses* e *kolkhoses* que constituiriam elementos estratégicos de condução do desenvolvimento no campo, da mesma forma que ocorria com as grandes empresas industriais nas cidades. A sua criação permitiria contornar a dependência do setor privado para suprimento da produção agrícola e fincar as bases para a solução da contradição entre o caráter proletário da revolução socialista e a propriedade privada no campo, construindo o socialismo no setor agrícola.

Uma série de medidas foi tomada nesta direção, em 1929: na primavera, realizou-se uma conferência dos grandes *kolkhoses*, na qual foi discutida a ampliação de sua superfície³⁴; no fim de maio, o XVI Congresso Pan Russo dos *Soviets* decidiu construir uma fábrica de tratores em Cheliabinsk; em junho decidiu-se a criação das chamadas Estações de Máquinas e Tratores, cuja função era a de enfrentar a penúria destes equipamentos, concentrando-os em órgãos especializados que servissem a diversos

34 JASNY, N. (1967), in BETTANIN F. (Op. cit, cáp. II, nota 1) informa que um *kolkhos* compreendia, em média, em 1º. de junho de 1928, 12 propriedades com 60 pessoas, uma área de sementeira de 41,7 ha e 2,8 cavalos. Um ano depois, a extensão média do *kolkhos* subiu para 18 propriedades, com 82 pessoas, 73,3 ha de sementeira e 4,9 cavalos.

kolkhoses ao mesmo tempo. Para sua coordenação, no nível do país, foi criado o *Traktortsentr*. Além disso, foram instituídas multas individuais aos camponeses, de até cinco vezes o valor das suas entregas, no caso de não fornecerem as cotas de entregas que lhes eram impostas pela assembleia da aldeia, de acordo com o plano de entregas por ela aprovado. E foram criadas comissões especiais para as entregas, junto aos *selsoviets* (*soviets* agrícolas).

Uma campanha de caráter ideológico foi ainda lançada, criando o Dia da Colheita e da Coletivização, destinada a utilizar os órgãos partidários para a mobilização de setores cada vez mais amplos dos camponeses em torno da coletivização. Os resultados foram superiores às expectativas, multiplicando-se a percentagem das adesões: em 134 regiões a coletivização superou 70%, em 117 delas, o índice da coletivização variou entre 50% e 70%, em 266 delas, este índice variou entre 30% e 50%, em 461 delas, este índice variou entre 15% e 30%, e em 1.405 delas a percentagem de coletivização foi inferior a 15%³⁵.

Mas foi somente em novembro, durante uma reunião plenária do Comitê Central e da Comissão Central de Controle do partido, que foi lançada a palavra de ordem de enfrentar a coletivização e o prazo para completá-la em 1930. Entre suas resoluções, foi aprovada a constituição de uma Comissão para analisar a coletivização. Em 5 de janeiro, com base no trabalho da Comissão e de outras subcomissões criadas para fixar o prazo da coletivização nas diversas regiões, o Comitê Central aprovou a resolução sobre “os prazos de coletivização e medidas de auxílio do Estado ao movimento *kolkhosiano*”, marcando o início da “coletivização plena”.

Nesta resolução estava incluída a chamada *deskulakização*, ou seja, dentro da perspectiva stalinista de construção do socialismo referida anteriormente, a política de liquidação dos *kulaks* (camponeses ricos) como classe. Estes foram objeto de verdadeira ofensiva no sentido de confiscar o maior número possível de fazendas, sem levar em conta nem os métodos usados, nem o fato das propriedades expropriadas serem fazendas capitalistas. A violência adotada e os excessos cometidos pelas brigadas operárias e ativistas partidários engajados na *deskulakização* marcou definitivamente o processo da coletivização agrícola na URSS. Foram desapropriadas em julho de 1930, segundo dados relativos a 1.281 regiões, 191.035 fazendas de *kulaks*, somando 77.795 as suas famílias deportadas, durante a primeira fase da *deskulakização*³⁶.

35 BETTANIN, F. (op. cit, pág 39)

36 BETTANIN, F. (op. cit, pág 65)

O processo de coletivização da agricultura teve um rápido e considerável começo: entre 1930 e 1931, a porcentagem de famílias coletivizadas passou de 23,6% para 52,7% e a área plantada coletivizada passou de 33,6% para 67,8%. O processo seguiu mais lentamente nos anos seguintes, para alcançar 83,2% e 89,6% das famílias coletivizadas respectivamente em 1935 e 1936 e 94,1% da área plantada em 1935³⁷.

Os seus resultados foram, porém, bastante discutíveis, sendo de se destacar não só os problemas que marcaram permanentemente o desenvolvimento da agricultura soviética, como as marcas que deixaram no processo de urbanização do país. Segundo Lewin³⁸, o imenso fluxo da população camponesa, fugitiva dos campos em direção às cidades, com dificuldades de adaptar-se à nova vida urbana, preservou o maior número possível de tradições das aldeias de procedência, levando à criação de um modo de vida híbrido, que constituiu um traço da urbanização soviética até os dias mais recentes.

De todo modo, eliminada a alternativa de mercado, não havia por que adotar a opção geneticista de planejamento, resultando o debate em favor dos teleologistas. Para esta decisão contribuiu também, de acordo com Nove³⁹, uma decisão relativa ao projeto do combinado Ural-Kuznetz, ligando o minério de ferro dos Urais com o excelente carvão do Kuzbas, a mil milhas de distância, na Sibéria central. Este era um projeto de longo prazo e demandava um enorme montante de capital. Mas teria efeitos positivos no longo prazo e poderia salvar militarmente a situação na eventualidade de uma invasão dos poderes imperialistas, não podendo ser justificado com base em cálculos de custo-benefício.

Os resultados de ambos os debates traçaram as linhas com as quais se configurou o sistema econômico soviético: i) domínio absoluto da propriedade estatal, administrada e comandada através do planejamento diretivo centralizado, a partir de diretrizes traçadas pelo partido comunista, ii) desenvolvimento econômico com base numa super rápida industrialização, com prioridade ao setor de produção de bens de produção. A fonte da acumulação necessária para o seu investimento, a renda agrícola, seria obtida através da coletivização forçada da propriedade.

37 NOVE, A. (Op. cit. pág 163)

38 LEWIN, M. (2003. Parte I, Cap. VI)

39 NOVE, A. (Op. cit. pág 123)